

EIXOS TEMÁTICOS:

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica (X)
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ()
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ()
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ()
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ()
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ()

Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana

Urban agriculture: a possible approach between environmental issues and the urban question

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de (1); COSTA, Heloisa Soares de Moura (2)

(1) Doutoranda, PPG Geografia, UFMG – IGC. Brasil, daniadil@gmail.com

(2) Professora Titular, PPG Geografia, UFMG – IGC e pesquisadora do CNPq. Brasil, hsmcosta@ufmg.br

EIXOS TEMÁTICOS:

- A dimensão ambiental da cidade como objeto de discussão teórica (X)
- Interfaces entre a política ambiental e a política urbana ()
- Legislação ambiental e urbanística: confrontos e a soluções institucionais ()
- Experiências de intervenções em APPs urbanas: tecnologias, regulação urbanística, planos e projetos de intervenção ()
- História ambiental e dimensões culturais do ambiente urbano ()
- Engenharia ambiental e tecnologias de recuperação ambiental urbana ()

Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana

Urban agriculture: a possible approach between environmental issues and the urban question

RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões voltadas para uma maior integração da agricultura urbana no planejamento e gestão urbano-ambiental e sua inclusão na agenda dos conflitos ambientais nas regiões metropolitanas no Brasil. Os termos conceituais da agricultura urbana são abordados em relação a três aproximações teóricas do urbano, assim como são identificados limites a uma melhor definição e um maior reconhecimento desta temática em alguns espaços de debate acadêmicos e políticos. As formulações buscam uma maior aproximação entre as práticas de agricultura urbana, as abordagens que tratam das transformações espaciais das regiões metropolitanas brasileiras - especialmente as leituras que dialogam com a obra e o pensamento de Henri Lefebvre acerca da produção do espaço - e as contribuições do pensamento ambiental - particularmente aquelas que se inserem nas vertentes da ecologia política e da justiça ambiental. O texto não pretende chegar a conclusões, e sim exercitar a elaboração de perguntas e caminhos para a realização de análises teóricas e formulações políticas sobre o papel que a agricultura urbana pode desempenhar na aproximação entre a questão ambiental e a questão urbana no mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura urbana, agroecologia, planejamento urbano, conflitos ambientais.

ABSTRACT

This article presents some notes directed towards greater integration of urban agriculture into urban planning and environmental management, and its inclusion in the environmental conflicts agenda in metropolitan areas in Brazil. The conceptual terms of urban agriculture are discussed in relation to three theoretical approaches of the urban, and limits to a better definition and improved recognition of the subject in some academic and political spaces are identified. The formulations aim at further integration between urban agriculture practices, spatial transformations approaches of Brazilian metropolitan regions - specially the readings that dialogue with Henri Lefebvre's work and thoughts on the production of space - and contributions of environmental thought - particularly those that interact with the political ecology and environmental justice framework). The text is not intended to reach conclusions, but to exercise the formulation of questions for conducting theoretical analyses and political formulations about the role to be played by urban agriculture in the approach between environmental issues and urban issues in the contemporary world.

KEY-WORDS: urban agriculture, agroecology, urban planning, environmental conflicts.

1 CULTIVAR UM CONCEITO

O conceito da agricultura urbana ainda se encontra em construção e, como um processo em curso, permanece aberto a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e utopias de sociedade e de cidade. A pluralidade de enfoques encontrados em torno desta temática pede mais atenção para o uso de forma generalizada do termo agricultura urbana, e mais esforços para tornar claras as perspectivas ensejadas pelas práticas agrícolas urbanas. O aprofundamento deste debate deve passar ainda por uma maior clareza das particularidades encontradas na relação destas práticas com diferentes contextos urbanos, pelas diferentes opções tecnológicas em questão e por uma melhor compreensão de quem são os sujeitos portadores destas experiências.

A seguir serão apresentadas três leituras distintas da agricultura urbana em associação a três abordagens conceituais do urbano no mundo contemporâneo e uma breve análise sobre os diferentes termos identificados nos espaços de debate acadêmicos e políticos para se referir às práticas agrícolas urbanas.

A espoliação urbana

Uma primeira leitura do urbano parece estar informada pelas formulações críticas da economia política da urbanização, de inspiração marxista, que a partir das décadas de 1960 e 1970, passam a tratar a “questão urbana” como um modo de organização do espaço para atender as necessidades de acumulação do capital¹. Nesta perspectiva, Kowarick (1979) faz uma leitura do processo de formação das áreas periféricas das metrópoles brasileiras, com ênfase na autoconstrução de moradias nas áreas residenciais de baixa renda, como uma “fórmula” do capitalismo para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados. O autor utiliza o termo espoliação urbana para se referir ao “somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho” (p:62).

Do ponto de vista da espoliação urbana, a existência das práticas agrícolas nas periferias urbanas pode ser interpretada como uma estratégia de sobrevivência para os pobres complementarem sua alimentação e sua renda; uma expressão das desigualdades socioespaciais resultantes do modo de produção do espaço na periferia do capitalismo. Dessa forma, pode ser analisada como uma condição que deve ser superada com o crescimento econômico, a efetivação de políticas distributivas e a inserção dos sujeitos destas práticas no mercado formal.

A abordagem de inspiração marxista oferece conceitos chave para a compreensão da problemática urbana, expressa de forma contundente a articulação entre as contradições do sistema capitalista e a questão urbana e permanece importante na atualidade para se contrapor às influências de abordagens tecnicistas e menos politizadas do urbano. Entretanto, limitar a leitura das práticas agrícolas urbanas à luz da economia política da urbanização significaria ficar presa a um único sentido, uma única explicação para uma heterogeneidade de espaços e motivações reveladas pelas pessoas que se dedicam

cotidianamente ao cultivo de plantas e criação de animais nos diferentes contextos urbanos e eliminar, a priori, qualquer potencialidade de busca de autonomia na esfera produtiva ou de organização política que as mesmas possam ensejar.

O empreendedorismo urbano

Uma segunda leitura do urbano relaciona-se ao debate sobre a disputa entre diferentes projetos de cidade que são encontrados em nossa sociedade atualmente. Segundo Vainer (2003), a era em que vivemos é marcada pelo embate entre duas utopias urbanas: de um lado tem-se a utopia da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio e, de outro, tem-se a utopia da cidade democrática.

Neste contexto, o empreendedorismo urbano compreenderia as transformações observadas na governança e no planejamento urbano, que passam a adotar a lógica da empresa privada moderna, e na atuação do Estado como promotor de investimentos em infraestrutura e de medidas para criação de um bom ambiente de negócios propiciador da atração de novos capitais (HARVEY, 2006). Conforme análises críticas de vários autores (HARVEY, 2006; COMPANS, 2004), este paradigma foi construído a partir da realidade dos países centrais e tem sido apropriado (também pelos países periféricos) como o futuro inexorável das cidades, um objetivo a ser perseguido por todas as localidades que pretendem se inserir em fluxos econômicos globais. Este modelo tem orientado mudanças nas políticas urbanas e o surgimento de novos instrumentos e abordagens de planejamento, como os planos estratégicos, o marketing urbano, o urbanismo espetáculo, que estimulam a competição interurbana e um mercado de modelos de gestão.

Brand e Muñoz (2007) analisam a influência de organizações internacionais na reinvenção da agricultura urbana como objeto de políticas governamentais que, no marco de aproximação entre a agenda ambiental e a de combate à pobreza que ocorreu na década de 1980, buscam incorporar os sujeitos e suas organizações em função dos interesses estratégicos do neoliberalismo. Neste sentido, as políticas de agricultura urbana não afetariam significativamente as condições de desigualdade e insustentabilidade do desenvolvimento urbano que formalmente pretendem modificar. Os autores destacam a grande adesão internacional de governos locais, organizações não governamentais e grupos locais, à prática e experimentação de programas de agricultura urbana, apoiados em argumentos técnicos e éticos relacionados a efeitos benéficos no meio ambiente urbano e à diminuição do impacto ambiental das cidades; à segurança alimentar e à luta contra a pobreza e; finalmente, à inclusão social baseada nos conhecimentos e práticas dos próprios setores sociais marginalizados.

No contexto brasileiro, pode-se identificar, no tratamento dado pela mídia e por algumas iniciativas governamentais de promoção da agricultura urbana, um discurso que oferece respostas consensuais e soluções técnicas aos problemas urbanos e favorece a imagem de administrações públicas orientadas por um modelo empresarial de gestão da cidade. Mas os entraves encontrados na construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP) e no histórico das políticas voltadas à agricultura urbana no Estado de Minas Gerais e no município de Belo Horizonte nos fazem questionar a “crescente

popularidade” ou o “novo entusiasmo” entre os governos urbanos, como apontado por Brand e Muñoz (ALMEIDA; MORAIS; PAIXÃO, 2012).

É importante reconhecer que antes desta recente trajetória de institucionalização a agricultura urbana já fazia parte da dinâmica das cidades como uma prática espontânea (COUTINHO, 2010; COUTINHO e COSTA, 2011). E também ressaltar que nos espaços de formulação de políticas públicas de agricultura urbana observa-se a participação de organizações e militantes oriundos de diferentes referenciais políticos e plataformas conceituais, como soberania e segurança alimentar, feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, justiça ambiental, economia solidária, entre outros, o que confere uma maior riqueza aos debates e uma visão mais crítica sobre a agricultura urbana (ALMEIDA, 2011).

Assumindo que as práticas sociais se relacionam de maneira explícita ou implícita a uma utopia ou ideal de cidade, reconhece-se a importância de colocar em evidência o debate em torno da agricultura urbana e as relações possíveis entre os diferentes projetos de cidade que se encontram em disputa em nossa sociedade atualmente. Para tanto, evitar leituras muito generalizadas e adentrar no universo das práticas agrícolas urbanas parece o caminho mais adequado para identificar que projetos de cidades estas práticas ensejam.

O direito à cidade

A compreensão das relações sociedade-espço e a elaboração de estratégias para a transformação social são ampliadas a partir da definição de uma dialética socioespacial e de uma problemática espacial na teoria social crítica que tem na obra de Henri Lefebvre um marco.

Lefebvre reconhece um *campo cego* que não se vê, uma zona crítica de passagem da cidade industrial ao urbano ou à urbanização da sociedade. E alerta que a negação deste campo novo é informada pelo pensamento fragmentado e espacializado do período industrial, que reduz o urbano em formação ao industrial. Já na década de 1960, buscando compreender a sociedade que nasce da industrialização e a sucede, Lefebvre utiliza o método regressivo-progressivo para compreender o presente a partir do futuro que ele contém. A proposição de urbanização da sociedade a partir da implosão-explosão da cidade industrial é uma virtualidade contida no presente e “o urbano (abreviação de 'sociedade urbana') define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 2008, p:26).

Nesta perspectiva, o urbano pode ser compreendido como o tecido resultante da explosão da cidade (e que, ao se estender por espaços regionais, carrega um caráter de fragmentação e segregação socioespacial), mas também como uma virtualidade que enseja possibilidades de transformação social (por carregar a práxis política antes restrita às cidades). Dessa forma, contrapor-se à noção de que a extensão do urbano necessariamente leva à homogeneização passa por identificar os conflitos e as resistências entre o tecido urbano estendido, pautado pelo valor de troca e o espaço socialmente produzido, onde se sobrepõe o valor de uso e se encontram práticas e estratégias coletivas de apropriação do espaço.

Além de ampliar a compreensão das transformações da cidade em direção ao urbano e da produção social do espaço urbano, a obra de Lefebvre oferece contribuições importantes para a compreensão das possibilidades de politização da questão urbana. O “direito à cidade”, tema central na obra de Lefebvre, chama a atenção para a luta pela cidade como uma ação política que ressalta atributos próprios da cidade, se manifesta como *direito à obra* (à atividade participante) e o *direito à apropriação* (distinto do direito à propriedade) (LEFEBVRE, 2011, p:134) e se articula à luta pela afirmação das diferenças frente aos processos de homogeneização de espaços e modos de vida resultantes do modo de produção capitalista. Este direito deve ser entendido como o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e interior desses momentos e locais” (p:139) e não como “um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais” (p:117).

As reflexões apresentadas neste artigo buscam conectar a agricultura urbana à esta abordagem do urbano e apresentar as práticas agrícolas urbanas como um instrumento admissível para grupos historicamente marginalizados revigorarem suas lutas cotidianas pela justiça ambiental, pelo acesso ao território e à cidade, pela autonomia sobre o próprio corpo e a própria saúde. A aproximação entre as práticas concretas e o saber instituído no campo dos estudos urbanos e da ecologia política visa ainda inserir a agricultura urbana em uma agenda de debates mais ampla que busca transformar as formas de organização do espaço e as relações sociais desiguais no contexto brasileiro.

Anotações complementares

Apresentadas estas leituras distintas da cidade e das possibilidades de inserção da agricultura urbana, aborda-se a seguir a utilização de diferentes termos e expressões para se referir às práticas agrícolas nos contextos urbanos e os limites encontrados para melhor definição e um maior reconhecimento da agricultura urbana nos espaços acadêmicos e políticos.

Em fóruns de debate onde a agricultura urbana foi tema de discussão² observa-se um estranhamento e alguma resistência ao uso da expressão agricultura urbana. Nestes fóruns são comumente utilizadas e expressões como *agricultura metropolitana*, *agricultura familiar urbana*, *agroecologia urbana*, *práticas agroecológicas urbanas*, *agricultura urbana e periurbana*, *práticas agrícolas na região metropolitana*, dentre outros. Alguns posicionamentos estão normalmente associados a uma pauta política e a um campo de estudos que buscam afirmar novos velhos e novos sentidos do rural e das ruralidades no mundo contemporâneo e parecem estar informados por uma visão dicotômica que opõe o rural e o urbano; que concebe a cidade como impossibilidade ou como entrave ao desenvolvimento destas práticas; e por concepções de divisão do trabalho, de especializações e representações da cidade como ambiente construído e artificial e do campo como lugar da produção agrícola e da natureza. Em outra vertente, observa-se a preocupação em se evidenciar a localização das práticas e as fronteiras da extensão da produção do espaço urbano-industrial sobre os espaços rurais.

Coutinho e Costa argumentam que “a cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza” e que “essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses espaços possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas” (2011, p:88). Neste sentido, a (expressão) *agricultura urbana* indica a existência de algo que não se encaixa no pensamento moderno que opõe a cidade ao campo e sinaliza a possibilidade de conciliação ou articulação entre a cidade (vista como lugar de atividades não-agrícolas) e agricultura (vista apenas como atividade econômica rural).

Abordar a agricultura urbana como uma possibilidade de produção social do espaço contribui para a superação deste cenário de imprecisões e indefinições e para prover mais conteúdo às discussões sobre a agricultura urbana enquanto uma prática social e enquanto objeto de políticas urbanas e ambientais.

Propõe-se, assim, cultivar o conceito da agricultura urbana, de forma sensível e crítica, como uma alternativa à produção capitalista do espaço centrada unicamente na reprodução dos capitais envolvidos com a atividade imobiliária nas áreas urbanas; uma via de afirmação da diversidade em contraposição à padronização de modos de pensar, de ser e estar na sociedade urbana contemporânea. Justifica-se o uso do termo em si para provocar o estranhamento e colocar em debate a dialética do urbano como virtualidade e como tecido urbano estendido; a possibilidade de um ambiente urbano onde coexistem natureza e sociedade. Esclarecer os sentidos implícitos e explícitos de cada termo permite identificar o que une e o que separa cada um dos posicionamentos encontrados e avaliar cenários possíveis para a agricultura urbana como um novo campo de estudos e como um campo de articulação política.

2 AGRICULTURA URBANA: APROXIMANDO A ANÁLISE E A INTERVENÇÃO URBANA E AMBIENTAL

A análise teórica das relações contemporâneas entre a agricultura e a produção do espaço urbano é ainda limitada. Mas ainda que se tratem de um objeto recente de estudos e políticas, as práticas agrícolas urbanas são mencionadas em antigos registros históricos sobre as cidades e em abordagens que argumentam que os assentamentos urbanos preagrícolas de caçadores, coletores e comerciantes teriam incubado o desenvolvimento da agricultura em grande escala e a organização da criação de animais, sendo artificial e imaginária a separação feita entre o comércio e a indústria como atividades da cidade e a agricultura como uma atividade do campo (JACOBS, 1969).

No contexto internacional, identifica-se registro do reconhecimento formal da agricultura urbana pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir da publicação do documento “Urban Agriculture, Food, Jobs and Sustainable Cities” na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), na Turquia em 1996. Merece destaque ainda o papel de organizações internacionais que tem apoiado a produção de informações e a documentação de iniciativas locais, seja no âmbito da sociedade civil, seja no âmbito das políticas públicas³.

No Brasil, um maior reconhecimento formal da agricultura urbana na agenda do governo federal acontece no período de criação do Programa Fome Zero, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e da construção de políticas voltadas à promoção da segurança alimentar no Brasil. Em 2007 registra-se um momento relevante neste processo, que foi o financiamento, pelo MDS, de um estudo em 11 regiões metropolitanas e a publicação do documento *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*. O estudo, realizado nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, foi coordenado pela REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Belo Horizonte) e pelo Instituto IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima/Peru). O documento revela a presença da prática da agricultura urbana em todas as 11 regiões pesquisadas (635 iniciativas foram registradas); ressalta a diversidade de contextos de urbanização e de atividades encontrados; e as possibilidades de expansão destas práticas como uma atividade permanente e multifuncional na escala local, envolvendo dimensões sociais, ambientais e econômicas (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nosso referencial empírico mais próximo, são diversas as manifestações encontradas de agricultura urbana, seja como uma prática espontânea, seja como resultado de uma ação institucional, promovida pelo poder público, por organizações sociais ou por instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária. Práticas agrícolas são encontradas em contextos que variam de espaços intra-urbanos até a zona rural dos municípios metropolitanos; em quintais e espaços domésticos e em espaços públicos e institucionais. Podem ser identificadas como atividades familiares e como iniciativas comunitárias em vilas e favelas; voltadas para o auto-consumo e para o lazer e ainda orientadas para o abastecimento de diferentes mercados (COUTINHO, COSTA, 2011; COSTA, ALMEIDA, 2012).

A RMBH apresenta uma significativa trajetória de formulação de políticas públicas relacionadas à agricultura urbana, bem como de organizações e grupos formados em torno da atividade: a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), criada em 2004, configura-se como um espaço permanente de encontro, intercâmbio e fortalecimento de grupos e organizações da sociedade civil (COSTA, ALMEIDA, 2012; ALMEIDA, 2011). Mais recentemente podem-se destacar, desde 2013, as atividades do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG – AUÊ! vinculado ao Instituto de Geociências/UFMG, do qual participam pessoas de diferentes filiações institucionais (<http://aueufmg.wordpress.com>).

Abordando a oposição entre as noções de urbano e ambiental frequentemente encontrada nas formulações teóricas, na mídia, nas políticas públicas e nos movimentos sociais, foram identificados, conflitos teóricos entre a trajetória da análise ambiental e da análise urbana, que se originaram em áreas diferentes do conhecimento e podem apresentar objetivos divergentes (COSTA, 2000). Por outro lado, observa-se uma mistura do discurso ambiental com o do planejamento urbano e das intervenções urbanas, e uma convergência recente na proposta de desenvolvimento urbano sustentável, que não questionam as oposições conceituais que lhes servem de suporte. Neste sentido, a saída para uma maior articulação entre a análise/intervenção urbana e a ambiental parece estar sendo construída

prioritariamente a partir da prática e apresenta exemplos de propostas de planejamento que adotam o discurso e/ou pressupostos de sustentabilidade urbana, incorporando ou não as problematizações conceituais. Além da regulação via planejamento urbano, uma outra abordagem que favorece a convergência entre o social/urbano e o ambiental e indica novas possibilidades de análise e intervenção: as práticas e movimentos em torno dos conflitos ambientais.

Apresentam-se, a seguir, as possibilidades que estas diferentes abordagens de análise/intervenção urbana e ambiental apontam para uma maior integração da agricultura urbana no planejamento e gestão urbano-ambiental e na agenda em torno dos conflitos ambientais das regiões metropolitanas no Brasil.

3 PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANO-AMBIENTAL

No campo do planejamento urbano, são ainda pouco exploradas as possibilidades de utilização de instrumentos de planejamento, no plano diretor e na legislação urbanística com o objetivo de incorporação do uso agrícola do solo urbano, seja como um uso temporário ou como um uso permanente do solo nas cidades.

Considerando que as experiências de planejamento urbano são influenciadas pela disputa entre os diferentes paradigmas de cidade, interessa, neste texto, buscar conexões da agricultura urbana com as concepções de planejamento baseadas no ideário da reforma urbana.

Esse ideário parte de uma crítica à exclusão e segregação espacial, à transformação do espaço em mercadoria e à apropriação privada dos bens e serviços resultantes de investimentos públicos. Sua plataforma política determina uma “forma inovadora na maneira de formular a questão urbana”, ao identificar princípios gerais para garantir o acesso à cidade como um direito de todos os seus moradores - a função social da terra e da cidade e a gestão democrática da cidade (COSTA, 1988; CARDOSO, 1997). Para a efetivação desses princípios e o enfrentamento dos problemas urbanos propõe a criação de “mecanismos que garantam à população a manutenção de direitos já adquiridos e a participação no estabelecimento de prioridades, bem como permitam ao poder público penalizar a especulação imobiliária pelo uso improdutivo do solo e dispor de áreas urbanas de forma que uma mais justa ocupação do espaço possa ser obtida” (COSTA, 1988, p:890).

Por um lado, o ideário da reforma urbana denuncia as desigualdades resultantes da mercantilização da terra e visibiliza interesses historicamente desconsiderados (entre os quais poderiam se inscrever os interesses das/os agricultoras/es urbanas/os). Por outro lado, por estar fundamentado na economia política da urbanização, esse ideário incorpora uma concepção economicista da função social da propriedade, que considera improdutivos os espaços urbanos não construídos e estimula sua utilização (construção) como forma de potencializar o uso da infraestrutura já instalada nas áreas urbanizadas e evitar a desnecessária expansão urbana e a demanda por novos investimentos públicos.

Dessa forma, a incorporação, na agenda da reforma urbana, das propostas e necessidades específicas das práticas agrícolas urbanas e a diversidade de situações onde estas práticas são observadas, requer a superação da visão de que a permanência destes espaços no

tecido urbano é, necessariamente, uma distorção do processo de produção do espaço. Nesta perspectiva, uma maior atenção para as conexões existentes entre o valor de uso do espaço urbano, a função social da terra e o debate sobre a qualidade de vida nas cidades possibilitaria considerar se a definição na legislação urbanística do uso agrícola de parcelas do solo metropolitano ampliaria as possibilidades de acesso e uso do solo urbano por segmentos da população que não detém a posse da terra e nem tem recursos para pagar pelo seu uso. Ou mesmo quais seriam os efeitos de amplas políticas de incentivo à produção agrícola em espaços públicos na segurança alimentar da população (COSTA; ALMEIDA, 2012).

Além de um maior reconhecimento formal, a integração da agricultura urbana no planejamento e gestão urbano-ambiental enfrenta fatores desfavoráveis, como o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a tendência de transformação das áreas rurais em áreas urbanas por meio da alteração dos perímetros urbanos; a pressão sobre o solo urbano para a construção de novas unidades habitacionais; os conflitos com outros usos; a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar); a pouca presença de organizações de base e outras institucionalidades relacionadas à agricultura para pressionarem as instâncias de formulação de políticas de planejamento.

A busca de uma maior integração de práticas agrícolas agroecológicas nas diferentes zonas urbanas faz ainda um contraponto à visão difundida segundo a qual as metrópoles são espaços mortos do ponto de vista ecológico e foco da problemática ambiental (MONTE-MÓR, 1994), seja como consumidora de recursos naturais para alimentar a população urbana, seja como exportadora de resíduos que se acumulam e degradam os ecossistemas tanto no seu entorno como em áreas distantes (SMIT, 2000; SANTANDREU, PERAZZOLI, DUBBELING, 2002). A produção de alimentos próxima aos consumidores urbanos pode contribuir para a diminuição da pressão por mais terras agricultáveis; reduzir os custos energéticos envolvidos na cadeia alimentar industrial (transporte, estocagem, embalagens, refrigeração, etc) e ainda contribuir para um aumento da agrobiodiversidade urbana e da oferta de alimentos frescos e diversos. Nos espaços cultivados na cidade pode-se observar a presença de espécies de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas que não são cultivadas nos estabelecimentos agrícolas comerciais e não são encontradas nos mercados locais e poderiam desaparecer (SANTANDREU; PERAZZOLI; DUBBELING, 2002).

Dispersas nos territórios dos municípios, encontram-se inúmeras iniciativas individuais, familiares e comunitárias de agricultura urbana em espaços domésticos e espaços institucionais, sejam eles públicos ou privados. Estas práticas indicam a possibilidade de se ampliar a permeabilidade do solo, diminuindo a pressão decorrente do elevado grau de impermeabilidade do solo nas regiões metropolitanas e contribuindo para reduzir os volumes de escoamento por meio de infiltração de águas pluviais. Algumas iniciativas se vinculam à proteção de nascentes e margens de cursos d'água promovendo o cultivo e manejo de espécies da flora locais e frutíferas. Por outro lado, evidenciam uma maior demanda por abastecimento de água e a necessidade de adoção de tecnologias apropriadas de captação de água de chuva e tratamento de água servida para uso na produção agrícola. O uso de água de chuva (coleta de água de chuva) para fins de irrigação, nos períodos secos, pode contribuir para reduzir o consumo de água potável em terrenos de agricultura urbana como também para minorar os impactos da impermeabilização de superfícies.

SMIT (2000) destaca que todos estes impactos positivos mencionados acima são associados à práticas ecológicas de agricultura urbana, uma vez que práticas não ecológicas podem ter maiores e mais intensos impactos negativos sobre a biodiversidade e a saúde dos habitantes de uma cidade. Como ilustração, podem ser mencionados o uso do solo e de águas contaminados e a má destinação dos dejetos animais.

A aproximação da temática da agricultura urbana à agenda da sustentabilidade e do planejamento urbano demanda atenção, pois pode facilmente representar mais um discurso que oferece respostas consensuais e soluções técnicas aos problemas urbanos e se articula ao receituário da *economia verde* e da *modernização ecológica* para a gestão das cidades sustentáveis⁴. Como argumenta OLIVEIRA, “em nome do consenso, diferentes projetos de cidade podem se encaixar na pauta da sustentabilidade”, mas “o discurso prevalecente nos documentos das agências multilaterais sugere que a inclusão da sustentabilidade na agenda urbana responde em parte a estratégias de legitimação das cidades em competição por investimentos e inserção na economia globalizada” (2001, p:199).

A perspectiva emancipatória e de transformação social embutida na questão ambiental tem sido problematizada por autores que observam uma redução do debate ambiental a uma questão de ordem econômica e técnica. Acselrad (2010) argumenta que o *senso comum ambiental* mais difundido está associado ao risco de escassez de recursos em matéria e energia e enfatiza a necessidade da economia de meios (usar tecnologias adequadas, evitar desperdício, etc), mas não enfatiza os fins para os quais são apropriadas a matéria e a energia disponível no planeta. Esse último enfoque não coloca em questão a desigualdade social nas condições de acesso aos recursos naturais e a disputa por usos alternativos para distintos fins; a desigualdade social no poder de causar impacto e a desigualdade na distribuição dos riscos e danos ambientais (p:01). Desconectada da questão social, a “causa ecológica” é considerada como consensual e universal e a questão ambiental é despolitizada e reduzida a soluções de ordem técnica ou de gestão econômica.

Por outro lado, segundo o autor, a abordagem dos conflitos ambientais apresenta grande potencial de politização para a questão ambiental, uma vez que expressa as “contradições no agenciamento espacial de atividades, das formas sociais de uso e apropriação dos recursos no território, notadamente no que respeita aos sentidos politicamente atribuídos aos espaços não mercantis dos bens de uso comum” (p:04). A incorporação da questão ambiental pelo Estado também é problematizada por Acselrad, que identifica no atual aparato institucional da legislação e do licenciamento ambiental uma resposta das forças sistêmicas à crítica ambientalista e uma relegitimação do desenvolvimentismo.

Um aporte importante neste debate decorre do campo agroecológico⁵, que tem sido construído com base na diversidade socioambiental, cultural e organizativa das experiências de promoção da agroecologia desenvolvidas nos diferentes biomas brasileiros, com vistas à construção de um projeto conjunto para a agricultura no Brasil. Esta construção tem buscado a formulação progressiva de sínteses que reflitam a “unidade na diversidade” e favorece a articulação entre uma diversidade de sujeitos que se reconhecem como agricultoras/es familiares, camponesas/es, quilombolas, indígenas, extrativistas, comunidades tradicionais, pescadores/as artesanais.

Por um lado, a agroecologia se insere em uma vertente crítica ao modo de produção capitalista e à atual configuração do sistema agroalimentar, que estão relacionados ao aprofundamento do modelo tecnológico para a agricultura difundido pela “revolução verde”⁶. Por outro lado, anuncia a perspectiva de construção de novas relações sociais e econômicas, baseadas em práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis e justas.

A ciência e a prática da agroecologia apresentam um conjunto de princípios que tem orientado um novo paradigma para a agricultura e o desenvolvimento rural. Mas estes princípios podem contribuir para a articulação entre o debate sobre a qualidade de vida, a função social da terra e o valor de uso do ambiente não construído nas cidades e também para revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental.

Neste sentido, as experiências agroecológicas encontradas nas cidades podem ser compreendidas como ações diretas da sociedade no espaço urbano, práticas populares de planejamento da cidade, que não são reconhecidas ou não se enquadram nos processos formais do planejamento institucionalizado via estado.

4 UM CONFLITO AMBIENTAL

A incorporação de formulações da ecologia política nesta aproximação enfatiza a ideia do meio ambiente politizado (BRYANT; BAILEY, 1997), que explicita as conexões entre a crise ambiental e a crise do desenvolvimento, e relaciona os problemas ambientais ao contexto político e econômico nos quais foram gerados. Estes autores argumentam que a distribuição desigual dos custos e benefícios resultante das mudanças ambientais pode acentuar ou reduzir desigualdades sociais e econômicas já existentes e pode ter implicações políticas na alteração das relações de poder entre diferentes atores. A ideia de meio ambiente politizado se aproxima do conceito de espaço lefebvreano na medida em que desloca o interesse na descrição das mudanças no ambiente físico para a compreensão de como estas mudanças estão relacionadas às relações sociais.

Nesta perspectiva, a articulação entre a análise/intervenção urbana e a ambiental coloca em questão a desigualdade social nas condições de acesso aos recursos naturais; a disputa entre usos alternativos para distintos fins; a desigualdade social no poder de causar impacto e a desigualdade na distribuição dos riscos e danos ambientais.

O campo dos conflitos ambientais se inscreve na vertente teórica da ecologia política sensível às injustiças ambientais e à diversidade de formas de apropriação e significação do mundo material. Acselrad define os conflitos ambientais como:

“aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (...) Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo 'acordo simbiótico' é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes” (ACSELRAD, 2004, p: 26).

O autor identifica quatro dimensões constitutivas dos conflitos ambientais: apropriação simbólica e apropriação material (onde se põe em jogo a apropriação dos recursos do território) e a durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais (o modo como são evocadas as condições de interação e durabilidade das diversas formas sociais de apropriação).

ZHOURI e LASCHEFSKI (2010) argumentam que as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de usos e apropriação dos recursos territorializados, expressas pelos conflitos ambientais, se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial. Tal argumento ressalta a importância de se considerar as distintas visões e discursos sobre o uso do espaço e como os debates acadêmicos e políticos sobre as formas de apropriação dos espaços podem configurar o início de conflitos. Numa perspectiva lefebvrea, segundo os autores, “os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido” (p:18).

Discutindo conflitos ambientais e sustentabilidade urbana, Laschefski (2013) argumenta que o modo de produção capitalista do espaço produz cidades que expressam a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento que gera as chamadas crises ambientais globais e de desigualdade social. Caracterizando a existência diferentes tipos de conflitos⁷, o autor aponta que os conflitos territoriais são aqueles que questionam as contradições profundas do modo de produção capitalista do espaço e da distribuição de poder sobre o território e que os conflitos distributivos e espaciais poderiam, a princípio, ser amenizados por meios técnicos e administrativos e uma gestão adequada.

O uso da terra em regiões metropolitanas é objeto dos mais diferentes interesses e as práticas agrícolas nas cidades também se inscrevem nesse contexto de disputa pelo uso do solo urbano. Partindo da premissa que estas práticas expressam as contradições do espaço abstrato capitalista e estão vinculadas ao espaço vivido de moradores/es das periferias urbanas, os conflitos relacionados ao uso agrícola do solo urbano poderiam ser considerados conflitos ambientais, logo analisados a partir desta ótica.

A reflexão parte da problematização da instituição da propriedade privada que determina quem tem o direito de usar a terra ou quais são os recursos necessários para pagar por este uso, bem como do predomínio do valor de troca em relação ao valor de uso da terra, resultante, entre outros aspectos, da geração de mais-valias fundiárias urbanas no contexto de produção capitalista do espaço urbano.

Considerando que os debates acadêmicos e políticos sobre as formas de apropriação do espaço podem configurar um início de conflito, há também que se identificar quais visões, discursos e práticas sobre o espaço prevalecem nas instâncias de planejamento urbano. De modo geral, observa-se que o campo ou zona rural é negligenciado na discussão da sustentabilidade urbana (LASCHEFSKI, 2013) e também na elaboração de planos diretores e na legislação urbanística em geral. Essa negligência se materializa na crescente e contínua redefinição dos perímetros urbanos e na transformação das áreas rurais dos municípios da região metropolitana em zonas urbanas e de expansão urbana, como tem acontecido em inúmeros municípios. As alterações efetuadas no âmbito dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo (como a ampliação dos perímetros urbanos dos

municípios, por exemplo) impactam práticas de reprodução material e simbólica de grupos sociais que vivem nessas regiões, como agricultores/as familiares e comunidades quilombolas. Subordinam áreas de diversidade ecológica e cultural a usos especializados e homogêneos, como a produção de moradia (seja ela voltada para alta renda ou loteamentos populares) ou a produção de áreas de conservação, por exemplo.

Outro aspecto a ser considerado são as desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais e as condições de degradação e contaminação destes recursos resultantes do modo de produção do sistema urbano-industrial capitalista. Lançamento de esgoto em cursos d'água pela própria concessionária de serviços de abastecimento de água; contaminação dos rios por empreendimentos do agronegócio e desvios no curso d'água por atividades de mineradoras, recorrentes em zonas rurais, são também relatadas em regiões metropolitanas. A privatização de remanescentes de vegetação nativa e criação de parques e unidades de conservação pelo Estado, sob a ótica preservacionista são exemplos de restrições de acesso da população marginalizada e das comunidades tradicionais à biodiversidade.

A agricultura urbana também está presente em territórios não muito visíveis no contexto urbano. A Região Metropolitana de Belo Horizonte é constituída por 40% de população negra (GOMES, 2009). Para manterem sua identidade sociocultural, desde a época da colonização, os afro-brasileiros desenvolveram agrupamentos sociais para a manutenção de suas identidades. Dentre estes agrupamentos destacam-se os quilombos e os espaços religiosos cuja característica diferencial de suas práticas é a utilização de plantas como forma de oferenda e contato com o mundo invisível de seus antepassados, além de um recurso alimentar e para a saúde (GOMES, 2009). Ressalta-se que a manutenção dos saberes acumulados por estas comunidades ao longo de gerações encontra-se na sua relação com os remanescentes de vegetação nativa, com a biodiversidade e os recursos hídricos presentes na região.

Conflitos também ocorrem no ambiente construído, quando o Estado atua como produtor de “mais-valias fundiárias” e afeta de forma difusa as práticas agrícolas desenvolvidas pela população que vive nessas regiões valorizadas (aumento de impostos, cobrança pelo uso da água, remoção de “áreas de risco”, etc), ou de forma localizada, quando reclamam o uso de áreas públicas ou privadas já ocupadas com a produção agrícola (implantação e ampliação de equipamentos públicos, duplicação de vias, implantação de infraestrutura de saneamento, etc).

Ainda que não seja difícil imaginar que estas situações aconteçam ou possam acontecer nas cidades e metrópoles brasileiras, cabe perguntar por que os conflitos associados ao uso agrícola do solo urbano não são comumente encontrados na literatura relacionado ao tema. Entretanto a abordagem dos conflitos ambientais pode se consolidar como uma opção teórica e analítica para visibilizar as experiências populares de agricultura urbana e inseri-las no debate sobre a justiça ambiental e o direito à cidade.

As formulações conceituais de conflito ambiental se referem aos modos de apropriação, uso e significação do território por diferentes *grupos sociais* ou *agentes* (ACSELRAD, 2004) e à contraposição entre *modos de vida de grupos locais* e *modo de vida da sociedade urbano-industrial* (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Nas regiões metropolitanas são encontrados

casos de conflitos que envolvem grupos tradicionais e étnicos que apresentam formas de apropriação da natureza que se configuram na produção de seus territórios. Nestas situações seria relevante aprofundar estudos sobre as particularidades dessas formas de apropriação da natureza e as especificidades dos conflitos nos contextos metropolitanos.

Entretanto, seriam necessários mais estudos para a caracterização dos conflitos ambientais quando se trata de ameaças e tensões enfrentadas pelas inúmeras experiências de agricultura encontradas em uma pluralidade de espaços e situações onde observa-se a inexistência ou pouca presença de sujeitos coletivos, de organizações de base e outras institucionalidades relacionadas à agricultura urbana. A variedade de espaços e atividades remete a uma diversidade de identidades e sujeitos que se dedicam às práticas agrícolas na RMBH, embora, em muitos casos, a agricultura não seja sua principal ocupação ou fonte de renda e os mesmos não se reconheçam como agricultoras/es urbanas/os.

Ainda que os agentes das práticas agroecológicas nas regiões metropolitanas não possam ser reconhecidos como grupos tradicionais ou étnicos, tratam-se, por um lado, de agentes marginalizados na sociedade urbano-industrial capitalista e, por outro lado, de agentes que exercem práticas com uma apropriação técnica, social e cultural do mundo material que contestam o modo capitalista de produção do espaço urbano.

Importante observar que a caracterização dos conflitos ambientais resultantes dos efeitos indesejáveis decorrentes da ação do Estado ou do mercado sobre as condições materiais do exercício das práticas das/os agricultoras/es urbanas/es, também pode ser problematizada pela dificuldade de se identificar claramente os protagonistas destas ações. Ainda que em algumas situações o modo de vida de agricultores/as seja confrontado por atividades minerárias, empreendimentos imobiliários, demarcação de unidades de conservação intocáveis ou pela implantação de infraestrutura urbana, o caráter intrínseco ao processo de urbanização industrial já ameaça a reprodução destas práticas em suas diferentes manifestações, desde aquelas praticadas nos quintais até agricultores familiares dispersos pelo território metropolitano.

Como reflexões iniciais, constitutivas de um trabalho em andamento, estas questões não guardam nenhum caráter conclusivo. Ao contrário, pretendem estimular maiores debates sobre a abordagem das práticas agroecológicas nas cidades na perspectiva dos conflitos ambientais e sobre as possibilidades de configuração de territórios contemporâneos, protagonizados pela organização e articulação de sujeitos marginalizados ou insatisfeitos com os efeitos e os rumos do atual modelo de desenvolvimento. Uma vez que trata de experiências vividas no cotidiano e não de uma abstração, será possível que uma agenda em torno da agricultura urbana possa aglutinar diferentes atores e sujeitos 'modernos' na formação de novas identidades territoriais? As práticas agrícolas na perspectiva agroecológica ensejam uma outra forma de apropriação social dos recursos naturais, uma outra configuração para o território urbano, contra-hegemônica ao modo capitalista de produção do espaço.

NOTAS

¹ Os estudos sobre a especificidade do espaço urbano dentro do sistema capitalista e sobre as contradições da urbanização capitalista levaram a diferentes compreensões da cidade, dentre as quais podem ser citadas: uma unidade para a reprodução coletiva da força de trabalho devido à concentração dos meios de consumo coletivo (Castells, 2000); como locus de produção e reprodução das condições gerais de produção e uma forma da socialização capitalista das forças produtivas (Lojkin, 1981 e Topalov, 1979); como um ambiente construído (infraestrutura física material para a produção, circulação, trocas e consumo) que serve como um sistema espacial de recursos para a produção de valor e mais valia e para a reprodução da força de trabalho (Harvey, 1981). Estas abordagens enfatizam o papel da intervenção e regulação do Estado sobre o espaço urbano, os processos políticos pelos quais o Estado cria as condições para a sobrevivência do capitalismo, tentando regular os conflitos e contradições e reproduzir o sistema social.

² Dentre estes fóruns de debate, são exemplos, a AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana; o AUÊ!/UFMG - Grupo de Estudos de Agricultura Urbana; os encontros de articulações e redes temáticas da sociedade civil sobre a segurança e soberania alimentar e agroecologia (ANA - Articulação Nacional de Agroecologia; AMA - Articulação Mineira de Agroecologia; FMSANS - Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; FBSSAN - Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e eventos promovidos pelo governo estadual e nacional para a formulação de políticas públicas de agricultura urbana (Ministério do Desenvolvimento Social; Sub-Secretaria de Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais; Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional e de Minas Gerais).

³ São organizações de referência no cenário internacional a FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (<http://www.fao.org/fcit/en/>); a RUAF Foundation - Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security (<http://www.ruaf.org>), com sede na Holanda; e o IDRC - International Development Research Centre (<http://www.idrc.ca>), do Canadá.

⁴ Segundo Laschewski (2013), as soluções sustentadas pela economia verde conectam-se com o conceito da modernização ecológica, "entendido como progresso tecnológico que iniciaria uma fase de "superindustrialização" dos processos produtivos que, ao mesmo tempo, apresentariam soluções para os problemas ambientais" (p:146).

⁵ Para mais informações sobre organizações de referência no campo agroecológico, ver: Articulação Nacional e Agroecologia (ANA) - www.agroecologia.org.br e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) - www.aba-agroecologia.org.br.

⁶ A revolução verde se caracteriza pela transposição da lógica da "industrialização" e do modo de produção capitalista para a agricultura, por meio da difusão de um pacote tecnológico centrado na tecnificação da agricultura (fertilizantes químicos, mecanização, uso de agrotóxicos, "melhoramento de sementes"). Suas origens remontam aos anos 40 e 50 (alinhada às políticas de estímulo à industrialização como meio para o desenvolvimento dos países do terceiro mundo propugnadas pela CEPAL - Comissão Econômica para América Latina), e sua implantação leva a transformações intensas no meio rural nas décadas de 60 e 70. No Brasil, sua difusão foi e ainda é sustentada pelo tripé - crédito, pesquisa e extensão. A literatura crítica à imposição deste modelo destaca como consequências negativas a especialização e a verticalização na produção, a desestruturação de sistemas agrícolas tradicionais, a concentração fundiária e de renda, além dos graves impactos ambientais e na saúde humana.

⁷ Laschewski (2013) identifica três tipos de conflitos ambientais: 1) distributivos - ocorrem em torno da aplicação de recursos públicos para o acesso à água potável ou à instalação de equipamentos urbanos e infraestrutura de saneamento para melhorar a qualidade de vida na região; 2) espaciais - se referem à localização de fontes poluidoras, como fábricas, que afetam a população pelas emissões gasosas, líquidas ou sonoras que se espalham no espaço; 3) territoriais - giram em torno de como determinados grupos realizam formas de vida que

não correspondem aos significados atribuídos por outros grupos, como por exemplo, a ocupação de áreas de risco.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. *Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais*. Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Brasília, 22. set.2010. Disponível em: <http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/institucional/encontros/tematicos-da-4a-ccr/ix-encontrotematico/documentos/mediacao_e_negociacao_de_conflitos_socioambientais.pdf>. Acesso em 30 setembro 2013.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: IGC/UFMG/AGB, 2011.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; MORAIS, Lidia Maria de Oliveira; PAIXÃO, Lorena Anahi Fernandes da. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 23 – 28, 2012.
- BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde una perspectiva política. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, jan./jul, 2007.
- BRYANT, Raymond L.; BAILEY, Sinead. *Third world political ecology*. London, New York: Routledge, 1997.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, ano XI, nos. 1 e 2, p. 79-111, 1997.
- COMPANS, Rose. O Paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1. maio, p. 91-114, 1999.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. A reforma urbana e a busca da cidadania. *Revista Indicador*, n. 27. Belo Horizonte: ALEMG, 1988.
- COSTA, Heloísa Soares Moura. Desenvolvimento Urbano Sustentável: uma contradição de termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 2, março, p. 55-71, 2000.
- COSTA, Heloísa Soares Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura Urbana: possibilidades de uma praxis espacial? *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, p. 61-68, 2012.
- COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CIDADE

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, v. 13, p. 81-97, 2011.

GOMES, Ângela Maria da Silva. *Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: Terreiros, Quilombos, Quintais da Grande BH*. 218 f., enc.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/MPBB-8DVGBM>>. Acesso em: 05 julho 2013, 2009.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora (2a edição), p. 163-190, 2006.

JACOBS, Jane. *The economy of cities*. New York: Random House, 1969.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181, 1994.

OLIVEIRA, Fabrício Leal. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidades do século XXI. In: ACSELRAD, H. (org.) *A duração das cidades: a sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, p. 177- 02, 2001.

SANTANDREU, Alain.; PERAZZOLI, Alberto Gómez.; DUBBELING, Marielle. Biodiversidade, Pobreza e Agricultura Urbana na América Latina. *Revista Agricultura Urbana*, n.6, p. 14-20, mar.. Disponível em: <http://www.ruaf.org/node/218> Acesso em: 30 outubro 2012, 2002.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*, mimeo, 2007.

SMIT, Jac. Urban agriculture and biodiversity. *Urban Agriculture Magazine*, n. 1, Maiden Issue, July 2000. Leusden, RUAF. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/node/107>> Acesso em: 30 outubro 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez, 2003.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, UFMG, 2010.